A EDUCAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DO BRASIL

Denise Maria Maia – UFPR/UFMG – ddmmaia@uol.com.br
Ângela Imaculada Loureiro de Freitas Dalben – UFMG – dalben@fae.ufmg.br
Maria do Carmo Dias – UFPA – mcsdias@yahoo.com.br
Igor Zanoni Constant Carneiro Leão – UFPR – igorzaleao@yahoo.com.br

O tema tratado nesse texto é caro especialmente neste momento no mundo no qual falar em educação ou pedagogia parece temerário e pensar em rumos alternativos para a economia brasileira também, haja vista as enormes dificuldades do governo Lula para implantar pequenas embora essenciais mudanças na forma de conduzir políticas sociais de base ou alterações na política macroeconômica. A abordagem aqui sobre a relação entre desenvolvimento econômico e educação no Brasil de hoje, ou mais propriamente sobre o que poderiam ser essas relações, tem inicio com considerações da inserção internacional da economia brasileira. Segue com pequeno histórico da educação como direito no Brasil, forma de inserção cidadã e papel transformador e reprodutor da universalização do ensino e do acesso à universidade. Apresenta nessa ocasião a concepção de Anízio Teixeira à luz de algumas propostas de reforma universitária, de suas possibilidades de sucesso e do papel do docente nesse processo. Contesta e polemiza essas idéias com as de Gustavo IOSCHPE (2004) expressas em artigo e posteriormente em livro que lhe valeu o premio Jabuti. Encerra com ponderações a respeito das perspectivas possíveis na nossa realidade.

Inserção internacional da economia brasileira

Os comentários iniciais sobre a inserção internacional da economia brasileira fazem alusão especialmente a Fernando SARTI e Mariano F. LAPLANE (2003). Pensar a partir dessa inserção é importante uma vez que a economia brasileira teve sua formação no contexto da formação da economia internacional, de forma sempre dita dependente, tardia e

subdesenvolvida. Isso significa que o país, como sempre assinalou a CEPAL, é uma economia com um déficit em desenvolvimento tecnológico acompanhado de inúmeros déficits sociais expressos na distribuição de propriedade e de renda, no baixo consumo das massas, na precariedade do Estado de Bem Estar, na heterogeneidade produtiva e social, com um sistema educacional deslocado dos interesses de uma nação coesa. Esse panorama convive com uma elite pouco inclinada a corrigir esses problemas, fortemente internacionalizada, bem como com uma população pouco politizada e com pequena massa crítica acerca dos problemas que atravessa cotidianamente. Some-se ainda o enorme poder dos interesses financeiros, bem como da mídia jornalística e televisiva.

A partir do colapso do Plano Cruzado e especialmente a partir do início dos anos 90 a política macroeconômica não apresentou um formato desenvolvimentista que contemplasse uma política industrial integrada e ampla, e a abertura comercial e financeira foi considerada solução suficiente para retomada do desenvolvimento. Isto ocorreu ao mesmo tempo em que se observou uma aceleração dramática das inovações técnicas, da concentração industrial e da competição entre países na diplomacia econômica mundial. Países recentemente industrializados surgem como grandes potências, como a China e a Índia, e mesmo países menores se destacam econômica e diplomaticamente, como o Irã, a África do Sul e a Venezuela. Nesse contexto, o Brasil abre rapidamente seu comércio, desnacionaliza empresas industriais, abala a face do seu Estado Nacional com as privatizações e a persistência de uma política financeira favorável a ganhos externos e de grandes rentistas internos, ao mesmo tempo em que tenta uma integração regional tímida no Mercosul. Tudo isso sem reconstruir um desenvolvimento com nexos sólidos em suas políticas econômicas e sociais.

Nos dois governos Lula, a partir do crescimento internacional, o Brasil usa suas vantagens comparativas herdadas para se posicionar na economia mundial. Lentamente melhora a posição do governo no que se refere à sua dívida interna e externa, aumenta o volume das reservas, baixa a taxa de juros e inicia uma política social para as camadas mais pobres da população

que não consegue, entretanto, até agora, ganhar maior densidade e alcance. As taxas de crescimento se elevam mas diversos fatores elevam também a taxa de inflação em um momento de crise e incerteza na economia mundial. O governo enfrenta ainda uma oposição interna bastante rude e tem dificuldades em ampliar o espaço da sua governança, mesmo alterando a equipe que assessora o presidente e mudando a direção de órgãos centrais no planejamento.

Os autores indicam que a internacionalização da economia brasileira implicou em aumento do conteúdo importado da produção local e não aumentou as exportações na mesma proporção, exatamente ao contrário do que ocorreu em países da Ásia, como a Coréia, ou no México. No Brasil, a internacionalização foi principalmente do mercado doméstico: embora com população em grande medida ainda pobre, ela é grande e disputada por empresas estrangeiras que aproveitam a perceptível melhora no índice de Gini no governo Lula.

O Brasil conservou sua inserção tradicional de exportador de produtos primários e produtos intensivos em recursos naturais para os países desenvolvidos e de produtos mais especializados e com maior conteúdo tecnológico para os países da América do Sul. Essa inserção, na verdade, se reforçou nos anos 90, embora se observe ganho tecnológico na produção daqueles produtos de menor valor agregado que sofrem uma grande concorrência no plano internacional. São dois os desafios *sistêmicos* apontados pelos pesquisadores para *o* aprofundamento da industrialização brasileira: a *deficiente capacidade de gerar inovações* e a *fragilidade dos mecanismos de financiamento de longo prazo*. Mais do que mudar preços relativos e submeter os produtores a uma maior pressão competitiva, esses desafios implicam em formular uma política de desenvolvimento ampla, encontrando mecanismos de coordenação que gerem reações individuais construtivas para a sustentação do crescimento.

Entretanto, também no interior do que move ideologicamente o governo Lula, a participação cidadã tem espaço problemático. Quase dois milhões de pessoas participam de conselhos e conferências abertas à cidadania nos níveis federal, estadual e municipal, mas pouco tem servido

de fato ao aumento da democracia e na redução das desigualdades sociais. Não se sabe como lidar com interesses de grupos, entidades e igrejas cuja identidade coorporativa é colocada com freqüência acima da política pública. Também os representantes do governo são pouco importantes, têm pouca informação e têm pouco poder para falar em nome de quem representa.

Como assinala Ana Cláudia TEIXEIRA (2008) é necessário criar mecanismos de participação, deliberação e controle social das políticas econômicas e de desenvolvimento, bem como garantir acesso universal às informações, especialmente as orçamentárias, nos âmbitos da união, estados e municípios. Esses problemas convivem numa sociedade de grande importância na região, uma sociedade de massas mas ainda com um consumo de massas não muito apreciável, no sentido de que persiste uma grande pobreza. Esses dois últimos pontos significam um condicionamento dos modos de vida das pessoas a uma mídia hipertrofiada onde os desejos de consumo são exponenciados sem a possibilidade de serem satisfeitos, bem como por uma indústria cultural de massa que nega a capacidade de realização individual e pessoal; vale dizer, de liberdade pessoal de pensamento e expressão. Esses sintomas não são só brasileiros, mas foram detectados nas sociedades modernas por inúmeros autores desde Freud. Isso convive com a violência e inúmeras formas de sociabilidade que ferem idealmente as que deveriam existir numa sociedade ligada por nexos de solidariedade e fechamento das suas feridas históricas. Na verdade, assiste-se a uma recriação de traços coloniais ininterrupta.

Até aqui falamos sobre a condição dependente e subdesenvolvida de um país que ainda não transitou ao estatuto da nação, tal como compreendido por autores clássicos como Caio Prado Júnior e Celso Furtado. Falamos também da dificuldade da participação pública na democracia brasileira, bem como no emperramento de mecanismos que aproximariam os governos sul-americanos no sentido de criar uma região na América menos heterogênea e desigual. Todavia como relacionar essa discussão com a educação?

Economia e educação

A intensificação do fênomeno da globalização, especialmente com o desenvolvimento da informática de rede e suas repercussões no campo da comunicação e informação teve imensa consequência para a educação, em qualquer nível de ensino, mas especialmente para o ensino superior. Se por um lado passou a exigir maior qualificação dos recursos humanos, em muitas áreas dependentes de nível superior, por outro também vem pressionando para novas formas organizativas, em redes, inclusive de comunidades virtuais, com conteúdos digitalizados, que vêm provocando grandes alterações nas universidades de qualquer parte do globo terrestre.

Economia e educação se aproximam tradicionalmente na ótica liberal supondo um mercado que tende ao equilíbrio se deixado livre de coerções extra-econômicas, e a partir daí pode se obter um equilíbrio social com distribuição das oportunidades de emprego e renda de forma concorrencial e meritocrática. Esta posição supõe uma apolitização da discussão pretendida na medida em que supõe a obtenção de um *ótimo* independente de posições de classe e da conversão do estado em um organismo capaz de suprir ou reverter os mecanismos sociais e de mercado que tendam a criar e a reproduzir desigualdades.

Entretanto, há necessidade de um projeto político para a economia e a sociedade no Brasil, que ultrapasse os projetos atuais levando à constituição de um capitalismo democrático e popular. A história brasileira criou contradições na vida social sob vários ângulos, políticos, raciais, sexuais, religiosos e outros. É preciso pensar em transformar essas contradições em uma ação articulada para uma sociedade solidária, não fragmentada e ao mesmo tempo próspera. Algo assim foi tentado com o populismo histórico, especialmente no governo João Goulart, transformado numa derrota histórica, que de alguma forma é preciso ainda reverter repensando algum tipo de populismo válido no contexto dos difíceis dias que vivemos.

A educação como direito

O direito à educação é relativamente recente no Brasil: surge na perspectiva dos direitos civis, políticos e sociais, em processo de conquista e expansão progressiva da cidadania, a partir do século XVIII. Esse processo dos direitos civis, como garantia de liberdade individual, vida em sociedade, propriedade e igualdade para todos perante a lei tem forma e sentido cronológico e lógico. Os direitos políticos foram conquistados no século XIX e consagrados no século XX em 1919 com o voto das mulheres e com participação no governo da sociedade. Os direitos sociais vêm com o Estado do Bem Estar Social, o acesso à educação, trabalho, salário justo, saúde e aposentadoria entre outros para a participação do individuo na riqueza coletiva, do conhecimento na educação, do direito ao trabalho para participação no consumo com salário digno e meio para garantir a saúde. Logo, é a partir da possibilidade do exercício civil que se passa a reivindicar o exercício do direito político, e a partir deste os direitos sociais. A educação como direito social é incorporada posteriormente. Se entendermos o Estado como regulador de conflitos, segundo os interesses gerais da sociedade (Hegel), ou como expressão de determinados interesses, dos proprietários, com poder coercitivo e manipulador (Marx), ou ainda como lugar de disputa por hegemonia na sociedade que se faz pela persuasão e convencimento (Gramsci), compreendemos melhor a importância da educação e da política publica, seus avanços e retrocessos.

A primeira Constituição brasileira, no Brasil Império, definia direitos políticos regulados e excluía para votar e ser votado as mulheres, os escravos e homens com renda inferior a cem mil reis. Em 1891, a primeira constituição republicana, elimina a exigência da renda e inclui o direito social da aposentadoria. Na revolução de 30, o período regulador, trata-se das questões ligadas à legitimidade. No Estado Novo em 1937, da Constituição polaca, os direitos sociais ganham a dianteira e, em 1942 temos a Consolidação das leis do Trabalho e o salário mínimo, em conjuntura de baixa participação política, quando o governo de Getulio Vargas procura legitimidade nas classes populares. A cidadania regulada deste período (1930/1937), vinculada à categoria e setores sindicais, exclui

trabalhadores rurais, liberais autônomos e empregadas domésticas. O período Vargas de 1945/54 quase não caminha nos direitos políticos e sociais, exceto a tentativa de unificar e expandir o sistema previdenciário. O golpe militar de 1964 atinge duramente direitos civis e políticos; os direitos sociais são usados como instrumento de legitimação (com grande expansão, após 68, para deficientes e maiores de 65 anos, unificação da previdência, separação do seguro saúde, inclusão dos trabalhadores rurais no final da década de 70, etc.) A democratização em meados da década de 80 veio acompanhada de recessão econômica. As discussões de como diminuir gastos públicos ganharam ênfase até o limite do governo Fernando Henrique Cardoso. Os gastos com Educação se traduzem em leis e se convertem em tema de políticas públicas que confrontam ideologias, interesses, posições de partidos, sindicatos e comunidades. Na lei, como parte da política pública, se tem o desenho de como programar o projeto político público e a definição dos recursos financeiros respectivos.

Papel do professor

A complexidade da docência circunscrita ao ensino está no papel do professor como agente de um modo fundamental de interação humana. (TARDIF e LESSARD, 2005) Acompanhando o pensamento desses autores, reconhecemos a docência como trabalho interativo de uma atividade social constituída numa dimensão integrante da cultura da modernidade com impactos importantes sobre inúmeros aspectos da vida coletiva. O ensino em ambiente escolar em geral e universitário em particular representa requisito para outras esferas de ação na sociedade e construção da cidadania. Paradoxalmente, o reconhecimento dessa importância não é acompanhado por remuneração condizente, o que abala o prestígio sentido pela categoria.

A atividade de ensino pesquisa e extensão consagrada nos discursos que interpretam o caráter universal do ensino superior e pré-requisito da sua qualidade não são coerentes com a lógica da sistemática de incentivo da atual carreira docente das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). A luta pela qualificação docente reforçou a titulação como indicador

objetivo da melhor capacitação dos professores. A valorização do docente via titulação cumpriu seu papel. Mas também nos mostrou seus limites. Não reconhecer que o caminho da titulação já criou uma indústria de produção de títulos, infelizmente em grande medida longe daquilo que considerávamos garantia de qualidade e boa formação, é não ver a realidade à nossa volta. A tarefa de reestruturar o sistema da carreira docente para eliminar ou diminuir defasagens criadas em diversos momentos entre outros objetivos é mais complexa do que pode parecer aos que o vêem de fora. Existem, todavia outros caminhos, alguns nossos conhecidos, velhos e bons caminhos, do mérito inegável, comprovado pelos resultados e/ou reconhecimento geral da comunidade. Caminhos que evitam injustiças ou enganos com aqueles que constroem a qualidade do conhecimento.

Ajustar nosso verdadeiro norte para o tipo de universidade almejada, é qualificar a discussão do trabalho docente ao da remuneração justa por caminhos que promovam resultados positivos para a categoria, para a entidade, para os discentes e para a sociedade. Reestruturar a carreira docente com esse foco pode ser um importante passo para as transformações necessárias e urgentes. A tendência exemplar de políticas inovadoras para a educação está voltada principalmente para os professores: a prospectiva é da docência de sucesso. Essa política é compartilhada entre os países europeus com uma rica troca de experiências, afirma em palestra Célio da Cunha. (UNESCO, 2007) Classifica-as basicamente em quatro eixos: da *atratividade da profissão docente* com melhoria da imagem, status, salário e maior oportunidade de tempo parcial; do *aprimoramento* com ampla variedade de competências e acompanhamento tecnológico; do *recrutamento e seleção* que inclui condições de contratação mais flexíveis além de *retenção de professores eficazes* com carreira mais atraente e apoio aos iniciantes.

Conceitos e política na educação superior

Não desenvolvemos no Brasil concepção universitária alguma de caráter mais multi-formativo, que atenda a um desenvolvimento social

extremamente variável, mais flexível, multi, inter e transdisciplinar e que também capacite para novos modos de cidadania, num tempo rápido o suficiente para lidar com as voláteis transformações de nossa era. Somente agora é que começa a existir espaço para o debate de novos modelos que capacitem melhor as universidades brasileiras para assumir sua própria autonomia acadêmica. A conseqüência disso é a possibilidade das universidades do sul ou mesmo latino americanas, também sensibilizadas, deflagrarem metodos próprios para novas formas de atuar: afinal adentramos num novo século, tremendamente transformado em seus processos produtivos e este continente está hoje disputando as piores colocações mundiais no que diz respeito a educação, ciência e tecnologia.

Os debates acerca da reforma universitária no Brasil adquiriram nos últimos anos crescente espaço na agenda da sociedade e do governo, com diversas propostas colocadas em pauta desde então. O recente Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) apresentado pelo Ministério da Educação tem como objetivo principal duplicar até 2010 o número de jovens, entre 18 e 24 anos, matriculados em cursos superiores. Busca-se garantir a democratização do acesso de minorias sociais ao ensino superior mediante crescente participação de estudantes afro-descendentes e dos alunos de baixa renda, beneficiados pelo Programa Universidade para Todos (Prouni) em instituições particulares de ensino superior[1]. No entanto, o projeto vem sofrendo muitas rejeições, inclusive em relação a aspectos mais demandados por diversos especialistas e entidades, como a autonomia universitária e o financiamento da expansão das universidades públicas, estaduais e federais.

Experiências anteriores foram fortemente obstruídas pela ditadura militar dos anos 60. Ficou latente a histórica discussão sobre uma nova concepção de universidade, interrompida pelas duas décadas de regime militar, que, em período próximo, também ocorria nos EUA, baseada nos

[1] Conforme consta no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado no dia 24 de abril de 2007, 100 mil novas bolsas serão oferecidas, por ano, no âmbito do Prouni, até 2010, mas é para o ensino privado, que responde por 70 % das vagas no país. Portanto, não resolve a necessidade de crescimento das matrículas no setor público.

princípios funcionalistas de John Dewey e deram origem ao processo contemporâneo daquela parte norte, mas não ao sul.

Em nosso país, por dois momentos, foi Anísio Teixeira o precursor desta reflexão sobre o papel da Universidade num país como o Brasil e sua relação com a ciência e com a cultura de seus povos, tendo chegado a formular propostas concretas: já em 1931/35, como Diretor da Instrução Pública e Secretário de Educação no Rio de Janeiro, então capital do país; em 1950/60, como secretário-geral da Campanha de Aperfeiçoamento do pessoal de nível superior (CAPES) ao organizar e promover a institucionalização da pesquisa e da pós-graduação, já numa perspectiva de inserção na universidade brasileira e que resultou na criação da Universidade do Distrito Federal. Defendeu a necessária unidade e amplitude de objetivos para garantir as portas abertas dos estudos superiores aos estudantes. Para ele tanto a produção cientifica como a independência de uma nação desenvolvida requer a educação geral para todos e mais aprofundada aos talentos privilegiados para a produção de novos conhecimentos. Sua visão avançada de concepção universitária antecipou temas ainda hoje em debate como a autonomia e a democratização do acesso à universidade pública. O Plano Orientador de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro para a Universidade de Brasília, arrojado e inovador na época, permanece absolutamente contemporâneo e sintonizado com as tendências da educação superior neste novo século. Evidentemente com a incorporação de novos parâmetros e conteúdos que surgiram após estes mais de 40 anos, alguns deles já previsíveis – ainda que inimagináveis em sua amplitude – como já eram então, por exemplo, o ensino centrado no aluno, a aplicação de audiovisuais no ensino, ou o uso de metodologias de promoção à autonomia de estudos. As dimensões que novos componentes trouxeram para o ensino têm se mostrado magnífica e tornaram-se as maiores contribuições para a transformação da educação no mundo contemporâneo. Portanto, apesar do tempo passado, as bases conceituais projetaram-se no tempo, sendo capazes de responder pelas grandes inovações que ora observamos.

Os fundamentos inspiradores das propostas em discussão que transitam pelo legado crítico de John Dewey e, no caso brasileiro, de Anísio Teixeira, encontram convergência nas idéias de estudos superiores também identificadas na concepção de Bologna, que tem na função da universidade o sentido amplo do termo: a graduação comprometida mais com a formação humana e cultural do que com a profissionalização precoce e fechada bem como a integração entre diferentes áreas e níveis de estudo.

As idéias de Dewey, que orientaram mais criticamente o processo educacional americano do norte e de Anísio Teixeira, criando a apropriada análise brasileira no assunto, mostram-se contemporâneas e ainda hoje servem de base teórica para os avanços que foram e estão sendo observados no mundo atual, ajustando-se a outros enfoques e realidades. A proposta da *Universidade Nova* buscou ser modelo de inspiração para transformações que acolhem os princípios mais universais e de formação mais humanista, sem perder suas competências técnico-científicas: a consecução de projetos mais completos de universidades que estejam mais bem integradas entre si e mais comprometidas com o seu contexto social, cujas áreas de atuação estejam mais universalizadas e atuem de modo inter e trans disciplinar. Assim, a interdisciplinaridade é capaz de estabelecer nexos significativos entre diferentes campos de saberes e promover maior entendimento da complexidade atual das especialidades e consequentemente responder às demandas do mercado profissional, em constante transformação.

A proposta busca atender características de acesso efetivamente democrático, flexibilidade curricular, integração entre níveis de ensino, inter-institucionalidade, padrão de qualidade para certificação, reconhecimento e conexão com outros sistemas de ensino no mundo. A escolha inicial da carreira profissional, além de ser de natureza mais geral, multidisciplinar, também poderia ser um pouco mais tardia, para além dos 17 anos de idade dos alunos aprovados nos vestibulares de hoje em dia. A definição profissional poderia ser, portanto, mais amadurecida, mais consciente, com menos custos para o estado e com diminuição das evasões

e desistências que se observam hoje em dia, que chegam às dimensões de mais de 40 % dos iniciantes.

Podemos encontrar tanto semelhanças quanto diferenças entre a concepção original de Anísio Teixeira e o projeto da *Universidade Nova*. Ressalte-se, no tempo, o fato do primeiro ser bem anterior ao segundo e, portanto, sofrendo pressões sociais muito diversas. Mesmo quanto ao espaço geográfico, há grandes diferenças dentro da sociedade brasileira, de modo que a proposta atual é de maior diversificação no plano nacional, com projetos próprios nas universidades e a partir de alguns conceitos universais mais comuns, e não um projeto nacional único. Enfim, diferenças importantes para tempos diferentes que não invalidam princípios originais comuns, e universais.

Diagnósticos e concepções distintas

Destacada como concepção oposta à delineada acima está a de Gustavo IOSCHPE (2004), que critica a visão da *educação poética* sobre a criação da *polis* ideal decorrente da consagrada educação como direito da população. Para ele essa visão, desprovida de qualquer sentido prático, confunde sentimentos nobres com resultados pífios, além de travestir a incompetência em rótulos pedagógicos e ideológicos inatacáveis e conduzir o país ao atoleiro do atraso, no obstante o autor recolocar a educação como patrimônio estratégico do país, ferramenta e alavanca do seu desenvolvimento. Logo, a concessão de vagas para ele, por exemplo, é o começo da relação *Estado e Escola* cujo objetivo é construir o sonhado país. Na sua concepção a função do governo é maximizar o bem estar da população; diferencia e defende o *ganho coletivo* do *beneficio de maior número de pessoas*, embora reconheça que a opção do primeiro em detrimento do segundo requeira justificativa; procura definir *bem estar*, e, fundamenta a escolha do *nível de renda da população* como variável representativa e significativa para associar educação e desenvolvimento econômico. Para isso argumenta sobre a alta correlação entre o ranking do Produto Interno Bruto (PIB) per capita e o do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Seu argumento definitivo é da passageira variação entre

renda e IDH, pois o investimento em capital humano tende a ampliar a renda enquanto o contrário tende a estagná-la. Destaca e alerta que por conveniência, e não por reducionismo, economicismo ou ideologia, estabelece como objetivo pensar a educação como ferramenta do desenvolvimento econômico. Logo busca estudar o impacto da educação sobre o crescimento econômico, entender as razões e circunstâncias em que ela contribui para o crescimento da renda e o que pode tornar essa relação mais virtuosa no sistema educacional brasileiro.

Sua fundamentação microeconômica distingue a visão educacional como conducente de um país democrático e livre, especialmente da tirania da pobreza. O tratamento dos efeitos econômicos da educação para ele foi retardado pela sombra nefasta da educação percebida como um direito do homem, por afastar o lado mercadológico do conhecimento: essa dissociação entre economia e educação começa a ser superada somente com a teoria do capital humano na década de 60. Traz o pensamento de Theodore Schultz, Gary Becker e Jacob Mincer, todos da Universidade de Chicago, para defender a tese da qualidade das pessoas como elemento decisivo da riqueza das nações e o processo educacional como determinante do seu valor.

Para medir o aumento da renda futura ocasionada pelo investimento em educação Gustavo Ioschpe utiliza a *taxa de retorno à educação* que relaciona seus custos diretos (de alunos, pais e governos com salários de professores e funcionários, instalações e livros entre outros) e de oportunidade (o que se deixa de receber por ir para a escola) com os benefícios (ganho salarial por ano de estudo ate e os 65 anos). Discute os tipos de treinamentos e competências proporcionadas pelas escolas ou por empresas e seus reflexos sobre a produtividade, o perfil de renda por faixa etária e sexo, o tempo, as incertezas do investimento em capital humano até sua amortização. A teoria do capital humano ganha o discurso político e outras interpretações: a educação como facilitadora de adoção de novas tecnologias, de lidar com situações de desequilíbrio e ruptura ou adaptação a novas circunstâncias. Relaciona diversos estudos que associam retorno da educação e progresso tecnológico com impacto sobre a renda. Para rebater

a hipótese da habilidade inata em vez da educação como explicativa dos maiores salários, inclui variáveis consideradas relevantes em analises de regressão e obtém significância estatística. Analisa o mercado da educação como um serviço qualquer: oferta, demanda, preço e quantidade. Ressalta apenas algumas características diferenciadoras, quais sejam: da própria educação produzir o professor, um de seus mais importantes fatores de produção e, das externalidades geradas, por trazer benefícios inclusive às pessoas que dela não participam. Comenta ainda que o aumento da oferta de professores ao diminuir seu preço (o salário) favorece a expansão das escolas.

O retorno da educação para esse autor é maior quando mais escassa, e o retorno da educação para o individuo é geralmente mais alto na educação primária. A taxa de retorno social, que inclui os gastos do governo, apresenta a mesma tendência: quanto mais rico o país menor o retorno. As taxas de retorno sociais são sempre menores que do retorno privado porque grande parte do custo é financiada pelo governo. No entanto observa ganhos sociais oriundos do investimento em educação, mas não captados pelas diferenças salariais, que representam para as políticas públicas importante dimensão das externalidades de cada nível de ensino.

A abordagem da macroeconomia da educação trata deste assunto trazendo evidência do impacto positivo da educação, especialmente do ensino secundário, na diminuição da criminalidade, índice de fertilidade, saúde, qualidade de vida das crianças, na coesão social e até do aumento da produtividade pela convivência com universitários, entre outros. Com o exemplo dos Tigres Asiáticos, infere menor importância do ensino superior para o desenvolvimento. A polêmica discussão da qualidade trata de estudos não menos polêmicos: a relação professor/aluno e os baixos salários dos professores apresentam, nos estudos selecionados, resultados estatisticamente insignificantes. Para ele a situação do Brasil em termos educacionais e econômicos passa do desconforto ao desespero: das taxas de escolarização à desigualdade de renda, comparativamente ao conjunto de 18 paises emergentes, há índices vergonhosos. Nossa educação não cumpre seu papel fundamental no desenvolvimento sustentado de

aumentar a renda absoluta e diminuir desigualdades. Para Ioschpe é falso que investimos pouco na educação e que falta motivação aos professores mal remunerados. Os dados utilizados para essa afirmação não indicam se há descontos de gastos dos hospitais escolas ou os pagamentos de inativos, o que superestima e compromete sua afirmação. Simplesmente considera vantajoso o exercício do magistério ao constatar a oferta crescente de professores. O tratamento ao docente aqui é particularmente duro: culpado de quase todos os males e pouco merecedor de qualquer complacência, inclusive por resistir à avaliação, desconsidera as condições ou o tempo de trabalho, os contextos deste processo e os inúmeros estudos que dignificam a profissão.

O livro desafia posições divergentes e provoca a necessidade de contestação, especialmente no que se refere ao ensino superior. Sob esse aspecto é estimulador o debate, pois articula o senso comum a um conjunto amplo de informações e diferentes áreas de conhecimento, notadamente ao defender o pagamento de mensalidade no terceiro grau público aos que podem pagar.

Considerações finais

O modelo brasileiro atual está mais do que ultrapassado: oriundo dos modelos de formação das universidades européias do século XIX encontra-se ainda no século anterior. Além de prevalecer nele a concepção fragmentada do conhecimento, ainda foi arruinado por reformas incompletas e frustradas nas décadas de 60 e 70, bem como pela desregulamentação das décadas de 80 e 90. Não responde às demandas da sociedade, foi criado de cima para baixo, mistura modelos e deixa a educação cientifica e humanística de fora ao formar técnicos competentes e incultos. Por essas, entre tantas outras razões que poderiam ser aqui enumeradas, a oportunidade das políticas inovadoras de recuperar e resgatar o devido papel que o ensino superior tem a cumprir na atualidade é ímpar. É a oportunidade de ultrapassar o elitismo e o corporativismo, ir além da universalização, gratuidade e qualidade.

Os problemas que a educação superior brasileira tem a enfrentar são inúmeros, quantitativa e qualitativamente diferentes dos problemas europeus, americano ou latino americanos. No Brasil, apesar do reconhecimento social ainda conferido ao ensino superior, o abandono e a desmotivação discente é o maior sinal de alerta de que há dificuldades internas graves. Além disso, é imperativo adequar esse nível de ensino à real necessidade da nação.

Neste movimento, devemos assumir a defesa *incontinenti* de uma organização baseada na oferta de ensino público, de qualidade e gratuito em suas instâncias mais fundamentais, para que possamos realizar o compromisso definitivo com a oferta mais democrática de vagas e a busca de maior equidade social.

A singularidade da estrutura curricular brasileira no mundo da educação superior, mais fechada que outras às quais já foi comparada leva à incompatibilidade curricular entre instituições, à elitização, ao estreitamento dos currículos de base disciplinar e também ao distanciamento da graduação com os demais níveis de ensino. O sistema de títulos não corresponde necessariamente ao que se espera ou se divulga. A seleção de ingresso é limitada, pontual e traumática. Os jovens, ainda sem maiores referências sobre os cursos escolhidos ou ainda inseguros quanto à futura carreira profissional, muitas vezes decepcionam-se e comprometem todo o investimento institucional e pessoal realizado. Nossa taxa de evasão é no mínimo preocupante.

As criticas às propostas apresentadas e/ou implementadas nem sempre próprias e acertadas, não apresentam perspectiva propositiva, o que certamente é algo muito ruim, inercial e destrutivo da capacidade de diálogo com a diferença; tornou-se a expressão mais evidente do isolamento dos movimentos em relação às demandas de nossa sociedade contemporânea. Na realidade vai muito além de resistências pontuais de setores mais desconfortáveis com a proposta.

Lembremos que, mais recentemente em nosso país, no Governo Lula, quatro projetos de reforma do ensino superior já foram formulados, todos barrados antes de qualquer discussão pelo Congresso Nacional. O governo

hoje possibilita, com todas as críticas que lhe cabem, as reformas para aquelas instituições que vêm demonstrando maior interesse e capacidade de viabilizar, na prática, a tão esperada autonomia que algumas das mais dinâmicas instituições acadêmicas tanto almejam.

Desse modo talvez venhamos a assistir neste país a realização de novas experiências no ensino superior que consigam romper com os limites das monumentais dificuldades para o acesso dos jovens brasileiros, especialmente das classes mais populares, ao ensino superior público, à qualidade acadêmico-científica deste e sua capacidade de implementar novas práticas de cidadania também na formação educacional de sua juventude. Só o tempo dirá o resultado deste processo que ora se inicia, tendo como linha de frente algumas universidades de relevante papel para o país e suas tão diversas regiões.

É patente que o sucesso de qualquer reforma de ensino passa pelo sentido de propriedade desta pelos professores e pelo dialogo social. Por isso os pactos e acordos são os caminhos a trilhar, como foi, por exemplo, no Chile que estabeleceu coletivamente o padrão de desempenho, na Itália onde por dezoito meses se realizou consultas que resultaram num acordo com os professores, na Espanha que criou diversos mecanismos de participação escolar entre outros. A valorização docente tem fundamento no estudante: o dever de ensinar se ancora na aprendizagem do estudante.

É preciso, por exemplo, que a Bolsa Escola e o crédito consignado deixem de ser vistos como grandes conquistas e sim como pontos de partida para novas políticas sociais de inclusão, bem como de novas políticas financeiras no país. Essas políticas são apenas transitórias devendo ceder espaço para políticas mais avançadas de educação, saúde, emprego, renda, crescimento econômico, informação e assim por diante. Isso é muito difícil de ser conquistado no Brasil. Mesmo no caso da ciência e tecnologia, crucial para uma política industrial e de desenvolvimento, vemos um impasse. Nele, muitas carreiras superiores terminam estagnadas no Brasil, pela ineficácia de um estado que contemple mais ativamente o desenvolvimento em sentido amplo, o que é coerente com um país no qual

a burguesia industrial nunca foi dominante e o estado sempre foi visto pela elite com desconfiança.

O conjunto da educação não tem, entretanto, por objetivo, o desenvolvimento econômico - escola e trabalho nem sempre andam ou devem andar juntos - e, deve, sim, visar a cidadania e a conquista da liberdade individual que é a busca central tanto do liberalismo clássico bem como do socialismo. Como entender isso no Brasil de hoje sem usar palavreado oco? Um ponto de partida reside numa pequena menção à palavra "troca". Para Nietzsche a troca é o caráter inicial da justiça através da qual um dá ao outro o que ele quer para receber o desejado. Nesse sentido, uma ação justa e eqüitativa não é necessariamente uma ação altruísta, que pode inibir a autopreservação.

Entretanto, Marx mostrou que uma sociedade onde seus componentes se convertem em elos de uma divisão social do trabalho que só se socializam na troca, inibe a liberdade pessoal e mina a capacidade de realização individual. Há mais apelo ético na sociedade onde os produtores sejam diretamente socializados em seu trabalho e não só nele mas em sua expressão pessoal livre, desejada. Se aí não temos uma sociedade altruísta, é duvidoso. O lugar no qual as pessoas possam se desenvolver livremente para si, em contato com os outros, respeitando valores tradicionais do humanismo e do cosmopolitismo, é de alguma forma uma sociedade altruísta, capaz de desenvolver o sentido da solidariedade, da fraternidade e da irmandade. Pensamos que esta é uma pista para pensar a questão esboçada sobre as relações entre economia, sociedade e educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA F., N. **PROTOPIA: sete notas sobre a Universidade Nova**. SESU, 2007.

DERRIDA, J. **O olho da universidade**. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.

FARIA, D. e MAIA, D. M. **Universidade Nova do Brasil e o Processo de Bologna da Europa** artigo apresentado no II Congreso Nacional de Estudios Comparados en Educación, Buenos Aires, 2007.

FREUD, S. **Escritos sobre a psicologia do inconsciente** vol. 1- Imago, 2006.

http://www.dfes.gov.uk/bologna/index , acessado em 30/05/2007.

http://www.universidadenova.ufba.br/twiki/bin/view/UniversidadeNova/Conceitos acessado em 07/04/2007.

IOSCHPE, G. **A ignorância custa um mundo**: *o valor da educação no desenvolvimento do Brasil.* São Paulo: Francis, 2004.

MALLORQUIN, C. **Celso Furtado**: um retrato intelectual Contraponto, 2005.

MARX, K. e ENGELS, F. O Manifesto Comunista In **Textos**, Edições Sociais, São Paulo, 1975.

NIETZSCHE, F. **Humano, demasiado humano**. Companhia de Bolso, 2005.

NUNES, E. e CARVALHO, M. M. **Ensino Universitário, Corporação e Profissão**: Paradoxos e Dilemas Brasileiros. Documento de Trabalho número 63, Brasília/ Rio de Janeiro: Observatório Universitário, 2006.

SANTOS, B. de S. **A Universidade no Século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

SARTI, F. e LAPLANE, M. F. O Investimento Direto Estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 90. In: **Internacionalização e Desenvolvimento da Indústria no Brasil**, Editora Unesp – Instituto de Economia da Unicamp, 2003.

TARDIF, M. e LESSARD, C. **O trabalho docente**: elementos para uma teoria de docência como profissão de interações humanas Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

TEIXEIRA, A. **Educação e Universidade**. Rio de Janeiro: EDUFRJ, 1998.

_____, **Ensino Superior no Brasil**: análise e interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro: EDUFRJ, 2005.

TEIXEIRA, A. C. **Até onde vai a participação cidadã?** Le Monde Diplomatique Brasil – ano 2, nº7, Fevereiro 2008.

TRINDADE, H. (org.) **Universidade em Ruínas***.* Petrópolis: Vozes, 2001.